

ESCOLA DE ARTES, CIÊNCIAS E HUMANIDADES

Comunicado

SEÇÃO DE PÓS-GRADUAÇÃO – EACH/USP

EDITAL ATAC – CPG 39/2020

ABERTURA DE PROCESSO SELETIVO PARA INGRESSO NO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS – MESTRADO

Abertura de inscrições para ingresso no Programa de Pós-Graduação em Gestão de Políticas Públicas da Escola de Artes, Ciências e Humanidades (EACH) para o primeiro semestre de 2020, curso de Mestrado Acadêmico.

I. Inscrição

1. Período: As inscrições para ingresso no Programa de Pós-Graduação em Gestão de Políticas Públicas da Escola de Artes, Ciências e Humanidades, para o primeiro semestre de 2020, estarão abertas de 7 a 21 de outubro de 2019.

2. As inscrições deverão ser efetuadas exclusivamente mediante o envio eletrônico dos documentos necessários para o seguinte endereço de e-mail: cmagpp-each@usp.br

2.1. Os originais não deverão ser enviados na inscrição. A apresentação dos documentos originais deverá ser feita apenas no ato da matrícula para os candidatos aprovados.

3. Documentação para inscrição (deverão ser enviados no formato PDF):

3.1. [Ficha de inscrição](#) (completamente preenchida e assinada)

3.2. Currículo no formato do currículo Lattes (www.cnpq.br);

3.3. Projeto de pesquisa de acordo com o seguinte [modelo](#);

3.4. 2 (duas) Cartas de Recomendação. Caso uma das cartas do candidato seja de docente do Programa de Pós-Graduação em Gestão de Políticas Públicas da EACH, a outra carta não pode ser de docente dos cursos de graduação nem de pós-graduação em Gestão de Políticas Públicas;

3.5. Certificado do Teste Anpad com as notas;

3.6. Diploma ou Histórico Escolar do Curso Superior de Graduação;

3.7. Certidão de nascimento ou certidão de casamento ou certidão de naturalização;

3.8. Cédula de Identidade – RG ou RNE (no caso de candidatos estrangeiros), ou documento de identidade nacional (para candidatos estrangeiros não residentes no Brasil);

3.9. CIC/CPF (não se aplica a candidatos estrangeiros não residentes no Brasil);

3.10. Certificado de Dispensa de Incorporação (apenas para candidatos do sexo masculino; não se aplica a candidatos estrangeiros);

3.11. Comprovante de quitação eleitoral (disponível no site <http://www.tse.jus.br/>) (não se aplica a candidatos estrangeiros não residentes no Brasil);

II. Processo Seletivo

1. O processo seletivo para o mestrado consistirá de três fases.

1.1. A primeira fase é eliminatória e se refere à análise do resultado do TESTE ANPAD (<http://www.anpad.org.br/teste.php>). Serão aceitos resultados de edições anteriores, dentro do prazo de validade do teste (2 anos). A data máxima para indicação, no site da ANPAD, da EACH como instituição à qual o resultado do Teste do candidato deve ser enviado, é 21 de outubro de 2019.

1.2. Na primeira fase, serão aprovados os candidatos que tiverem nota igual ou superior a 300 pontos em cada uma das provas de Português e de Inglês.

1.3. A segunda fase também é eliminatória e é composta da análise do projeto de pesquisa. A avaliação do projeto será feita pelos docentes do Programa e a nota necessária para aprovação nesta fase é de, no mínimo, 5,0 (cinco). Os critérios de avaliação dos projetos são: a) articulação do texto, b) consistência teórica e metodológica da proposta, c) adequação do tema proposto à linha de pesquisa, e d) utilização adequada da bibliografia recomendada neste edital (ver item 9). A divulgação do resultado desta fase será até o dia 11 de novembro de 2019, na página do Programa na internet. Os candidatos aprovados nesta fase serão convocados para a terceira fase, que será realizada entre os dias 18 novembro e 06 de dezembro de 2019.

1.3.1. O projeto de pesquisa deverá ser indicado para uma das [duas linhas de pesquisa do programa](#): *Sociedade, Instituições e Políticas Públicas*; e *Estado, Administração Pública e Gestão Social*. Deve conter justificativa que demonstre a aderência do projeto à respectiva linha de pesquisa.

1.4. A terceira fase é composta da arguição oral do candidato. Os candidatos aprovados para esta fase devem comparecer no local (a ser indicado na página da internet do Programa) no dia e horário determinados, conforme será divulgado até o dia 11 de novembro. A arguição oral versará sobre o projeto de pesquisa do candidato e seu currículo Lattes.

1.4.1. A nota da arguição oral será composta da seguinte forma: 80% pela arguição sobre o projeto de pesquisa (capacidade do candidato de demonstrar conhecimento da literatura pertinente, do objeto de pesquisa e sobre a consistência e a viabilidade do projeto) e 20% pela arguição sobre o currículo Lattes (experiência em pesquisa científica em nível de graduação ou pós-graduação, publicações e pesquisas, experiência em atividades profissionais ou de extensão).

1.4.2. Candidatos residentes no exterior ou em outros estados da federação poderão realizar a arguição oral via internet, caso indiquem na documentação de inscrição esta opção em carta à Comissão Coordenadora do Programa. A arguição via internet ocorrerá nos mesmos dias e horários das arguições presenciais, independentemente da diferença de fuso horário. A Comissão Coordenadora do Programa não se responsabiliza pelas condições de acesso à internet do candidato.

1.5. A nota final do candidato no processo seletivo corresponderá à média ponderada das notas obtidas no projeto (peso 6) e na arguição oral (peso 4). A nota mínima requerida para aprovação no processo seletivo é 6,0 (seis).

2. A divulgação da lista de candidatos aprovados no processo seletivo será realizada até o dia 20 de dezembro de 2019, na página do Programa na internet.

3. Disponibilidade de Vagas: O programa oferece até 25 vagas de mestrado. As vagas serão preenchidas pelos primeiros colocados no processo seletivo, classificados conforme a nota final. A Comissão Coordenadora do Programa se reserva o direito de não preencher todas as vagas.

3.1. A Comissão Coordenadora do Programa poderá divulgar lista de espera, baseada no resultado do processo seletivo, para preencher eventuais vagas remanescentes.

4. Validade do Resultado da Seleção: o resultado da seleção será válido por 180 dias após a sua divulgação.

5. O ingresso na pós-graduação não implica compromisso de concessão de bolsa de estudo.

6. Condições para matrícula: aprovação no processo seletivo e apresentação de documentação completa, inclusive cópia simples do diploma ou certificado de conclusão de graduação com colação de grau, até a data de efetivação da matrícula na Secretaria de Pós-Graduação da EACH/USP, conforme calendário da USP. A matrícula somente será efetivada se a documentação exigida estiver completa. Os candidatos aprovados que não efetuarem a matrícula no prazo perderão o direito à vaga.

6.1. Os candidatos que estiverem em fase de conclusão do curso de graduação em 2018 poderão inscrever-se para o processo seletivo, ficando a matrícula condicionada à apresentação dos comprovantes da referida conclusão de curso e colação de grau até a data fixada para a matrícula.

7. Outros casos omissos serão resolvidos pela Comissão Coordenadora do Programa de Gestão de Políticas Públicas da USP.

8. Bibliografia recomendada por linha de pesquisa:

8.1. Linha *Estado, Administração Pública e Gestão Social*:

BEHN, Robert D. The Big Questions of Public Management. *Public Administration Review*, 55(4), 313-324, 1995.

BUENO, R. L. P. ;BRELAZ, Gabriela de; SALINAS, N. S. C. . Administração Publica Brasileira no Seculo XXI: seis grandes desafios. *Revista do Serviço Público*, v. 67, p. 7-28, 2016.

CROZATTI, J.; SILVEIRA, A.S.; PEREIRA, D.G.; FERREIRA, T.S. O custo ABC e o resultado econômico da escola pública como critério para avaliação de desempenho da gestão da educação. *Revista Iberoamericana de Contabilidad de Gestión*, v. x, p. 1-17, 2012.

CRESWELL, J. W. Projeto de Pesquisa: Método Qualitativo, Quantitativo e Misto; Tradução Magda Lopes. – 3 ed. – Porto Alegre: Artmed, 296 páginas, 2010.

DENHARDT, Robert B. Teorias da Administração Pública. São Paulo: Cengage Learning, 2012.

GOMIDE, Alexandre de Ávila; PEREIRA, Ana Karine. Capacidades estatais para políticas de infraestrutura no Brasil contemporâneo. *Rev. Adm. Pública*, Rio de Janeiro , v. 52, n. 5, p. 935-955, out. 2018a . Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-76122018000500935&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 10 dez. 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/0034-761220170006>

MATUS, C. *O plano como aposta*. In: Coletânea planejamento e orçamento governamental: volume 1, ENAP, 2007. Giacomoni, James e Pagnussat, José Luiz (Org). Disponível em <http://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/805/1/Colet%20c3%a2nea%20Planejamento%20e%20Or%20c3%a7amento%20-%20O%20plano%20como%20aposta.pdf>

OLIVIERI, C. Os controles políticos sobre a burocracia. *Rev. Adm. Pública*, Rio de Janeiro, v. 45, p. 1395-1424, 2011.

PETERS, G.; PIERRE, J. (Org.). *Administração pública: coletânea*. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: ENAP, 2010.

PERES, Ursula Dias. Análise da governança do orçamento público. In: MARQUES, E. C. L. (org)As políticas do urbano em São Paulo. São Paulo, SP, Brasil: Editora Unesp; Centro de Estudos da Metrópole, 2018, p. Capítulo

PIRES, Valdemir; SATHLER, André Rehbein. Gestão orçamentária inovadora: desafios e perspectivas no Brasil. Brasília : Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2018.

VAZ, J.C. Oportunidades de pesquisa e temas para reflexão sobre capacidades na gestão pública brasileira. In: OLIVIERI, C.; MARTINELLI, B. *I Colóquio de Estudos em Gestão de Políticas Públicas*. São Paulo: EACH, 2016. Disponível em: <http://migre.me/wCByH>.

VAZ J.C. Transformações tecnológicas e perspectivas para a gestão democrática das políticas culturais. *Cadernos de Gestão Pública e Cidadania*, v. 22, n. 71, 2017.

WILDAVSKY, A B.; CAIDEN, N. *The New Politics of the Budgetary Process*. New York: Pearson/Longman, 2004.

SECCHI, Leonardo. Modelos Organizacionais e Reforma da Administração Pública. In: *Revista de Administração Pública*. Rio de Janeiro 43(2):347-369, mar./abr, 2009.

SKELCHER, Chris. & SMITH, Steven Rathgeb. Theorizing hybridity: institutional logics, complex organizations, and actor identities: the case of nonprofits. *Public Administration*. 2015 Jun; 93(2): 433-448.

SPINK, Peter K. Possibilidades técnicas e imperativos políticos em 70 anos de reforma administrativa. In: *Reforma do Estado e Administração Pública Gerencial*. Editora FGV, 1998.

SPINK, Peter Kevin. Um olhar diferente sobre a multidisciplinaridade: política pública e as múltiplas linguagens da ação pública. I Encontro Nacional de Ensino e Pesquisa do Campo de Públicas. ENEPCP – ANEPCP. Brasília 1 – 3 Dezembro 2015. Texto disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/293811328> Para Além da Política Pública política a publica e as multiplas linguagens da acao publica

8.2. Linha Sociedade, Instituições e Políticas Públicas:

CAMPBELL, J. Ideas, Politics, and Public Policy. *Annual Review of Sociology*, 28(1), pp.21-38, 2002.

FARIA, C. A. P. (org.) Implementação de políticas públicas: teoria e prática. Belo Horizonte: Ed. PUC Minas, 2012.

HILL, M. e HUPE, P. *Implementing public policy*. London: Sage Pub., 2009.

HOWLETT, Michael; RAMESH, M. & PERL, Anthony. *Política Pública: seus ciclos e subsistemas (uma abordagem integradora)*, Tradução da 3a edição, Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

KINGDON, J. *Agendas, Alternatives, and Public Policies*. 3st. Ed. New York: Harper Collins, [1984] 2003.

LASCOUMES, Pierre; LE GALÈS, Pierre. Introduction: Understanding Public Policy through its Instruments - From the Nature of Instruments to the Sociology of Public Policy Instrumentation. *Governance: An International Journal of Policy, Administration, and Institutions*, v. 20, n. 1, p.1-21, 2007.

LASCOUMES, Pierre; LE GALÈS, Patrick. A ação pública abordada pelos seus instrumentos. *Revista Pós Ciências Sociais*, v. 9, n. 18, p.19-43, 2012.

MARQUES, E. As políticas públicas na ciência política. In: Marques, E. e Faria, C. (org.). *A política pública como campo multidisciplinar*. São Paulo, Editora Unesp, 2013.

MARQUES, E. As políticas públicas do urbano. São Paulo, Editora Unesp, 2018.

MENICUCCI, T. Perspectivas teóricas e metodológicas na análise de políticas públicas: usos e abordagens no Brasil. *Revista Política Hoje* - Volume 27, n. 1, 2018.

PETERS, G. & PIERRE, J. Introduction. *Handbook of Public Policy*. SAGE, 2006

SABATIER, Paul (ed). *Theories of the Policy Process*. Westview, Second Edition, 2007.

SARAVIA, Enrique; FERRAREZI, Elisabete. *Políticas públicas: coletânea*. Brasília, DF: ENAP, 2006. v. 1 e 2.

SOUZA, Celina. “Estado do campo” da pesquisa em políticas públicas no Brasil. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol.18, nº51, 2003.

THOENIG, Jean-Claude. Política Pública y Acción Pública. *Gestión y Política Pública*, v. VI, n. 1, p. 19-37, 1997.

YANG, Kaifeng; Miller, Gerald J. (eds). *Handbook of research methods in public administration*. CRC Pressa. Taylor & Francis Group, 2008

8.3. Dissertações já publicadas do Programa de Mestrado em Gestão de Políticas Públicas no Banco de teses da USP:

http://www.teses.usp.br/index.php?option=com_jumi&fileid=9&Itemid=159&lang=pt-br&id=100138&prog=100008&exp=0